



## POLÍTICAS EDUCATIVAS PARA A JUVENTUDE: EXPERIÊNCIAS INTERNACIONAIS EM EDUCAÇÃO

Poliana Hofman de Souza Cupertino<sup>1</sup>  
Iracema Hofman de Souza<sup>2</sup>

### RESUMO

A educação de Jovens na modalidade EJA é tema de investigação em diversos trabalhos do mundo acadêmico em vários países, em face ao atendimento das demandas próprias dessa modalidade de ensino. Ao falar de educação de Jovens e Adultos ressaltamos o grande legado e contribuição de Paulo Freire para a humanidade. Freire foi defensor da educação popular como prática libertadora, no qual segundo ele, a educação deve prezar pela formação humana integral, de formar cidadãos ativos e críticos capazes de lutar e modificar a sua realidade. É somente através da educação que o oprimido se rebela e se liberta do opressor. Assim, este estudo busca examinar as políticas educativas para a juventude, tendo como referência experiências internacionais em âmbito educativo.

**Palavras-chave:** Educação de Jovens e Adultos; Políticas Educativas; Educação.

### RESUMEN

La formación de los jóvenes en la modalidad EJA es objeto de investigación en varios trabajos del mundo académico en varios países, con miras a satisfacer las demandas de esta modalidad de enseñanza. Cuando hablamos de educación de jóvenes y adultos, enfatizamos el gran legado y contribución de Paulo Freire a la humanidad. Freire fue un defensor de la educación popular como una práctica liberadora, en la que dijo, la educación debe apreciar la formación humana integral, para formar ciudadanos activos y críticos capaces de luchar y modificar su realidad. Es sólo a través de la educación que los oprimidos se rebelan y se liberan del opresor. Por lo tanto, este estudio busca examinar las políticas educativas para jóvenes, teniendo como referencia experiencias internacionales en el campo educativo.

**Palabras clave:** Educación de Jóvenes y Adultos; Políticas Educativas; Educación.

### ABSTRACT

The education of Young People in the EJA modality is the subject of research in several works of the academic world in several countries, in view of meeting the demands of this modality of

---

<sup>1</sup> Mestre em Ciências da Educação, na especialização em Políticas Públicas e Contextos Educativos pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, ULHT, de Lisboa, Portugal. Especialista em Ciências da Educação pela Faculdade de Teologia Integrada, FATIN. Bacharela e Licenciada em Ciências Biológicas pela Faculdade Pitágoras de Linhares. É Tecnóloga em Silvicultura pela Faculdade de Ensino Superior de Linhares. Exerce função docente como professora de Ciências em escola da rede pública do estado do Espírito Santo.

<sup>2</sup> Mestre em Ciências da Educação, na especialização em Políticas Públicas e Contextos Educativos (2021) pela Universidade Lusófona de Humanidades - ULHT. Pós-graduada em Ciências da Educação (2014), pela Faculdade de Teologia Integrada (FATIN); Ensino Médio Integrado à Educação Profissional Técnica de Nível Médio (2010), pelo IFES; Matemática (2000), pela FERLAGOS e Planejamento Educacional (1995), pela UNIVERSO. Licenciada em Matemática (1999), pela Universidade Iguazu; Pedagogia (1991), com habilitação em Magistério das Matérias Pedagógicas do 2º Grau e Supervisão Escolar, pela Faculdade Ciências Aplicadas Sagrado Coração; e Ciências do 1º Grau (1983) pela UFES. Pedagoga na Rede Pública Estadual do Espírito Santo, desde 2006, Diretora Escolar na Rede Pública Municipal de Linhares-ES (2001-2005) e Professora da Educação Básica (1985-2017), inicialmente no componente curricular de Ciências do 1º grau e depois matemática.



teaching. When talking about youth and adult education, we emphasize Paulo Freire's great legacy and contribution to humanity. Freire was an advocate of popular education as a liberating practice, in which he said, education must cherish integral human formation, to train active and critical citizens capable of fighting and modifying their reality. It is only through education that the oppressed rebel and free themselves from the oppressor. Thus, this study seeks to examine educational policies for youth, having as reference international experiences in the educational field.

**Keywords:** Youth and Adult Education; Educational Policies; Education.

## INTRODUÇÃO

O método de alfabetização e ensino de Paulo Freire valoriza a participação do educando, os diálogos entre professor-aluno, as histórias de vida e experiências de cada um. O professor tem um importante papel nesse processo, não o papel central, mas, o de atuar mediando o processo de ensino-aprendizagem, sendo na interação e aproximação do saber que o conhecimento vai sendo construído ao longo do processo. Para ser verdadeiro, o conteúdo deve ter significado para o educando, caso não tenha, será apenas um assunto sem importância e sem uso, o aluno perde o seu brilho, o seu encanto pela escola, ele não se vê inserido e parte desse processo, triste realidade da educação bancária pregada por muitas escolas. Sem brilho, sem ânimo e sem significado, a escola passa a ser um local estranho, opressor e excludente. Em face disso, muitas crianças, adolescentes e jovens são excluídos pelo próprio sistema de ensino.

O abandono escolar é um fenômeno recorrente na EJA, no qual, segundo Benavente *et al.* (1994, p. 11) é compreendido como um fenômeno de exclusão e desigualdade que se enquadra como um “problema social e institucional”, ou seja, não é restrito e causado apenas pela escola, é um problema amplo com várias causas, muitas vezes a escola reforça ou gera essa desigualdade que culmina no insucesso escolar, nos atrasos e nas repetências, estes, são apenas indicadores da desigualdade, considerada a parte visível do problema, e não a sua raiz.

Em vista disso, a autora ressalta ainda que há um pensamento errôneo ao associar a ampliação da oferta de escolarização como forma de garantir a igualdade de oportunidades, tal entendimento distorcido nasce na forte crença de a escola ser um fator de progresso e democratização. Essa situação leva a uma prática muito difundida de ampliar a oferta apenas da educação sem se preocupar com os processos a ela associados, a expansão do atendimento



escolar não garante igualdade de oportunidades, pelo contrário, as desigualdades são reforçadas e ampliadas no ambiente escolar (BENAVENTE et al. 1994).

Segundo Benavente et. al. (1994), a partir da constatação dessas desigualdades, sob a ótica das políticas educativas vieram vários ciclos de reformas escolares implementadas com o intuito de buscar uma igualdade de forma compensatória, o que de fato não resolve o problema, apenas minimiza ou camufla apenas de forma aparente o problema.

Muitos autores fazem críticas à essas políticas públicas educacionais criadas com o intuito de apenas minimizar um determinado problema. Muitas vezes estas não são criadas como mecanismos eficientes na resolução de problemas ou demandas sociais.

Essa situação pode ser confirmada com base em Souza e Coelho (2015), ao exporem que as atuais políticas públicas educacionais não procuram acabar com os problemas, mesmo estando ciente da existência deles, assim implantadas, acabam por aumentar ainda mais as desigualdades. Os autores ainda criticam que algumas políticas educacionais implementadas no Brasil são cópias de programas existentes em outros países, não sendo formulados para atender as necessidades e demandas da nossa sociedade.

Bray (2015, p. 47) ao refletir sobre os formuladores de políticas afirmou que estes tendem a buscar copiar ideias ou modelos de outros lugares. E a lógica pela escolha dos lugares que eles buscam modelos, foram revelados através de uma investigação que procurou padrões nessa busca, e que revelou que: a língua exerce influência na escolha dos lugares, no caso, a tendência é buscar nos países que falam a mesma língua; as conexões políticas estabelecidas pelos órgãos multilaterais; e a posição hierárquica ocupada pelo país, ou seja, o nível de desenvolvimento, no qual, a tendência é buscar nos países mais desenvolvidos ou pelo menos com níveis semelhantes de desenvolvimento.

Cabe ressaltar que os formuladores de políticas quando copiam ideias e modelos de outros lugares, não levam em consideração as reais necessidades dos usuários ou beneficiários daquela política, pois não se atentam as demandas da população local, com os contextos, com a história e a cultura local, ou seja, são políticas formuladas completamente descontextualizadas, a área da educação está repleta de políticas construídas desta forma. Outro ponto importante de



destacar é que muitas políticas no legislativo são de uma forma, e na prática são de outra, ou seja, podem ter um objetivo contrário ao resultado.

Mendes (2009), discutiu sobre a prática da “internacionalização das políticas educativas”, no qual, é importante destacar que essa prática deixa de fora fatores que são importantes e imprescindíveis para a construção de uma política educativa de sucesso e de fato eficaz.

Sposati et al. (1986, p. 31), ressaltam que “[...] os programas sociais não chegam a se constituir em mecanismos redistributivos alteradores das desigualdades sociais.” São incapazes de resolver os problemas decorrentes do modelo econômico atual. As políticas públicas sociais são pautadas nos interesses do capital, para atender as necessidades da sociedade capitalista.

Portanto, o atual modelo econômico cria enormes discrepâncias e problemas sociais, a partir disso, o Estado burguês por meio de políticas sociais baseadas como mecanismo assistencial, beneficia os mais carentes, dando uma nova face à exclusão, que passam a ser vistos como “incluídos”.

## EXPERIÊNCIAS EM PORTUGAL EM EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

O atual sistema de educação em Portugal foi sendo construído e reconstruído ao longo dos anos, passou por toda uma evolução até os dias atuais. Em cada década e/ou governo foram realizadas muitas reformas e ações no sistema educativo.

O quadro 1 esquematiza com base nos dados de Rodrigues (2014) algumas das modificações sofridas na educação portuguesa.

**Quadro 1.** Cronologia de algumas modificações sofridas na educação portuguesa.

Período (ano):	Alterações/criações:
1960	<ul style="list-style-type: none"><li>• A escolaridade obrigatória passou a abranger crianças entre 6 anos até os 10 anos de idade, sendo 4 anos de escolaridade obrigatória.</li></ul>
1964	<ul style="list-style-type: none"><li>• A escolaridade obrigatória foi ampliada para 6 anos.</li></ul>
1979	<ul style="list-style-type: none"><li>• Plano Nacional de Alfabetização e Educação Básica de Adultos (PNAEBA)</li></ul>
1986	<ul style="list-style-type: none"><li>• Aprovação da Lei de Base do Sistema Educativo.</li><li>• A escolaridade obrigatória passa para os 9 anos de escolaridade.</li><li>• O Ensino básico compõe três ciclos e o ensino secundário (3 anos) com cursos diversos, orientados para a continuidade nos estudos e para a inserção no mundo do trabalho.</li></ul>



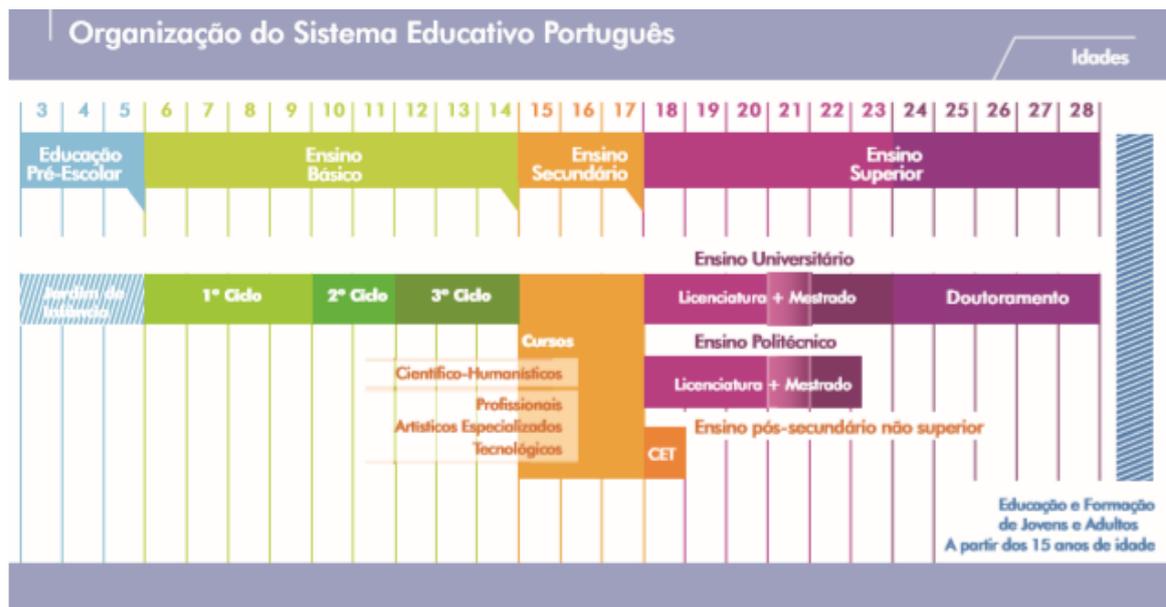
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Nova organização do sistema educativo: a educação pré-escolar, a educação escolar e a educação extraescolar.</li> </ul>
<b>1990</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aprovação da oferta de educação pré-escolar a todas as crianças com 5 anos.</li> <li>• Decreto-Lei n° 35/90 – promoção das modalidades da ação escolar: apoios alimentares, programa de leite escolar, refeitórios, educação e higiene alimentar, bufetes, transporte escolar, auxílios económicos, dentre outros.</li> <li>• Programa TEIP (Territórios de Intervenção Prioritária) criado em 1996 - conjunto de medidas de política educativa na procura de rentabilizar instalações, serviços e recursos para o desenvolvimento de estratégias específicas em escolas localizadas em áreas segregadas.</li> </ul>
<b>2000</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Despacho n° 1083/2000 – Oferta de Cursos de Educação e Formação de Adultos.</li> </ul>
<b>2001/2004</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Decreto-Lei n° 6/2001 - Define os princípios da organização, da gestão curricular e da avaliação das aprendizagens do ensino básico.</li> <li>• Portaria n° 1082 – A/2001 - Cria os Centros de Reconhecimento e Validação de Competências, com o objetivo de acolher e orientar os adultos, maiores de 18 anos, que não possuem o 9.º ano de escolaridade, visando melhorar os seus níveis de certificação escolar e de qualificação profissional ou prosseguimento de estudos.</li> <li>• Ações S@ber + - Ofertas de formação de curta duração, destinada a adultos que pretendam melhorar os seus níveis de conhecimento numa determinada área de formação.</li> <li>• Decreto-Lei n° 74/2004 - estabelece os critérios da organização, gestão do currículo e a avaliação das aprendizagens, com relação ao nível secundário de educação.</li> <li>• Despacho Conjunto n° 453/2004, de 27 de julho – Medidas que visam combater o abandono escolar, como a criação de Cursos de Educação e Formação, destinados com preferência ao público jovem com idade igual ou superior a 15 anos.</li> </ul>
<b>2005</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O Governo português lançou o programa “Novas Oportunidades” com o objetivo de elevar a qualificação da população.</li> </ul>
<b>2009</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ampliação da escolaridade obrigatória para 12 anos.</li> <li>• Ensino secundário obrigatório.</li> </ul>
<b>2012/2013</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Encerramento dos Centros “Novas Oportunidades” (CNO), exceção dos que se autofinanciam.</li> </ul>
<b>2017</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lançado pelo governo o novo Programa Qualifica.</li> </ul>

**Fonte:** Elaboração própria à partir dos dados de Rodrigues (2014).

Segundo o Ministério da Educação (2007) o sistema de ensino de Portugal compreende a Educação pré-escolar não-obrigatória, os ensinos básico e secundário obrigatórios, e superior conforme exposto no quadro 2 abaixo que esquematiza o sistema de ensino, bem como, os anos de estudo (idades) em cada ensino.



Quadro 2. Esquema da organização do Sistema Educativo Português



Fonte: Ministério da Educação, 2007.

A adesão de Portugal à União Europeia (UE) antiga Comunidade Económica Europeia (CEE) em 1986 levou o país a formular mecanismos no campo da educação buscando atender às novas exigências do mercado, como por exemplo, a redução da taxa de evasão e abandono escolar, a elevação da escolaridade da população, e investimentos na formação profissional, dentre outros.

Como exemplo podemos citar o Plano Nacional de Emprego de 2002, com o objetivo de atender as metas estabelecidas nos acordos da UE, Portugal estabeleceu níveis de intervenção referente a aprendizagem ao longo da vida (ALV) conforme exposto no relatório à Comissão Europeia. Esses níveis de intervenção têm por objetivo alcançar as metas que foram estabelecidas pela União Europeia.

[...] (i) educação básica, abrangendo o desenvolvimento da educação pré-escolar, da educação escolar e da formação inicial de jovens e o combate ao abandono prematuro do sistema educativo; (ii) transição para a vida activa, assente na construção de itinerários educativos e ou de formação qualificantes, flexíveis e adaptados aos novos desafios; (iii) educação e formação de adultos, enquanto sistema integrado facilitador do acesso generalizado dos adultos à progressão educativa, tecnológica, cultural e profissional, de forma autónoma e permanente, e potenciador do reconhecimento e certificação escolar e profissional dos saberes e competências adquiridas ao longo da vida, em contextos não formais e informais de aprendizagem (COMISSÃO EUROPEIA, p. 2, 2003).



De acordo com a Lei n.º 46/86, de 14 de outubro (Lei de Bases do Sistema Educativo) o sistema educativo de Portugal rege-se nos princípios que objetivam promover e garantir o direito à educação e formação, bem como, garantir a igualdade de oportunidades no acesso e no sucesso escolar.

Com base no exposto, o ensino recorrente é um exemplo de direito que é garantido pela Lei de Bases do Sistema Educativo, que segundo Guimarães (2009), essa modalidade de ensino a Educação de Adultos, ganhou destaque com a elaboração do Plano Nacional de Alfabetização e Educação de Base dos Adultos, cujo objetivos é a redução das taxas de analfabetismo, bem como, a ampliação do acesso às escolas e a formação profissional desses adultos.

Segundo Lima e Guimarães (2018), as políticas públicas de educação de adultos em Portugal por volta da metade da década de 90 encontrava-se em uma situação de crise e desinstitucionalização. Após a constatação dessa crise, a educação de adultos foi reformulada e em 1998, foi lançado o Programa para o Desenvolvimento da Educação e Formação de Adultos e em 1999 o estabelecimento da Agência Nacional de Educação e Formação de Adultos. No entanto, foi descontinuado e extinto em 2002.

Em consonância, Guimarães (2009) cita que nos anos de 1995 a 2002 novas propostas surgiram com o objetivo de reformular a política de educação de adultos, dentre elas o Programa para o Desenvolvimento e Expansão da Educação e Formação de Adultos, que segundo a autora, as principais atribuições consistiam:

[...] a criação, por um processo participado, de uma Agência Nacional de Educação e Formação de Adultos (ANEFA); a articulação estratégica com as autarquias, escolas, parceiros sociais e entidades privadas visando a elaboração de planos e unidades territoriais de educação de formação de adultos; a organização e animação de uma rede nacional de animadores locais; e a construção experimental e gradual de um sistema de validação formal dos saberes e competências informais (GUIMARÃES, 2009, p. 3).

A importância na implantação deste programa para Portugal justifica-se pela necessidade de formação de pessoas para atuar no mercado de trabalho frente às modernidades e mudanças advindas pela economia e pelo mercado de trabalho. Para atender a essas novas demandas era necessário trabalhadores mais qualificados, com conhecimentos mais complexos dentre outras competências. Outra justificativa de mesmo peso, está relacionada com a taxa de adultos



com níveis de escolaridade muito abaixo se comparados a de muitos países integrantes da União Europeia (GUIMARÃES, 2009).

Segundo Guimarães (2009), uma das ações implantadas pelo Governo para elevar a escolaridade e a qualificação profissional, foram os Cursos de Educação e Formação de Adultos (Cursos EFA), que possuem dupla certificação, a escolar e a de qualificação profissional, e possuem as seguintes abordagens:

[...] suportadas pela abordagem das competências, e já não em conteúdos de natureza escolar e disciplinar, o reconhecimento, validação de competências adquiridas informalmente ou em contexto de trabalho, bem como o desenvolvimento de novos modelos, metodologias e materiais de intervenção pedagógica e socioeducativa emergiram como estratégias educativas e formativas centrais (GUIMARÃES, 2009, p.3).

Conforme exposto, os Cursos EFA constituem-se em uma proposta que visa integrar educação e formação profissional, sendo destinada a jovens maiores de 18 anos e adultos, que por meio deste, terão a oportunidade de elevar o seu nível de escolaridade bem como, adquirir certificação de qualificação profissional, contribuindo assim, com a preparação desses sujeitos para o mundo do trabalho. A iniciativa é uma importante ferramenta na redução dos déficits de qualificação escolar e profissional da população portuguesa (COMISSÃO EUROPEIA, 2003).

Em 2005 o Governo português lançou o programa “Novas Oportunidades” com o objetivo de elevar a qualificação da população, que por meio desta, terão a oportunidade de progredir na escolaridade de base e obter uma profissionalização. Com o intuito de obter sucesso o programa conta com dois planos estratégicos, que consiste na dupla certificação. O primeiro plano visa garantir a elevação dos números de conclusão do nível secundário mediante as atividades de combate ao abandono escolar, que não primordiais para o sucesso do mesmo, além disso, como fator atrativo, o programa possui dupla certificação através da oferta da qualificação profissional. A segunda estratégia consiste na ampliação dos níveis de formação (escolarização) e qualificação da população adulta (AFONSO; FERREIRA, 2007).

O programa “Novas Oportunidades” apresenta saldos positivos, conforme os dados divulgados. No ano de 2007 foram mais de 250.000 jovens e adultos inseridos no programa um número bem expressivo. No ensino básico nos cursos de dupla certificação foram inscritos 44.129 jovens, e no ensino secundário foram



matriculados 120.764 jovens. O ensino secundário teve um acréscimo de 40 % em relação à 2005 (Ministério da Educação e Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, 2007, como citado em Guimarães, 2009).

De acordo com os dados divulgados pelo Relatório de Execução do PNACE 2005-2008 (2008)<sup>3</sup> foi verificado uma redução nos valores de retenção e desistência nos ensinos básico e secundário. No ensino básico, em 2004/2005, os valores foram de 11,5 % caindo para 10 % em 2006/2007, e para o ensino secundário, as taxas para os mesmos anos foram de 31,9 % para 24,6 %, uma queda mais acentuada se comparada com o ensino básico. Com relação às taxas de saída precoce do sistema educativo, os dados do relatório revelam que no de 2007 houve uma redução passando dos 38,6 % registada em 2005, para 36,3 % .

Em 2012/2013 o programa foi descontinuado pelo governo, sendo mais tarde em 2017 lançado pelo governo o novo Programa Qualifica que entrou em substituição aos Centros para a Qualificação e Ensino Profissional. Um dos motivos de interrupção ao Programa Novas Oportunidades conforme aponta Rodrigues e Loureiro (2016) foi a queda brusca no número de inscritos nos anos seguintes à 2010.

A formação de adultos em 2010 atingiu o ápice com 106.053 adultos certificados no ano, porém o número de inscritos foi de 243.971 adultos. Rufino (2012) afirma que há um déficit no total de alunos inscritos e o total de alunos encaminhados e/ou certificados, que segundo a autora, o fato representa que o sistema não teve capacidade de assegurar a permanência e o sucesso desses sujeitos, corrigindo esse déficit. Os motivos apontados estão relacionados à distância devido a carência de transportes públicos, a falta da oferta de cursos nos tempos disponíveis do aluno, problemas de ordem familiar, trabalho como hora extra, dentre outros.

Segundo Rufino (2012), a mudança e a descontinuidade do programa pelo governo, mostra que em vez de resolver os problemas com o intuito de se buscar melhorias, a atitude tomada classifica-se como economicista, acarretando consequências a milhares de profissionais que trabalhavam diretamente

---

<sup>3</sup> Estratégia de Lisboa – Plano Nacional de Reformas Portugal Balanço de Execução do PNACE 2005-2008. Presidência do Conselho de Ministros – Gabinete do Coordenador Nacional da Estratégia de Lisboa e do Plano Tecnológico



nos processos de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC) e nos Centros de Novas Oportunidades (CNO) que perderam seus empregos, “destruindo um trabalho que, embora necessitado de melhorias, foi dos que mais contribuiu para o desenvolvimento da educação e formação de adultos em Portugal” (RUFINO, 2012, p. 1).

Um estudo realizado por Simplício (2012) sobre a percepção sobre os impactos do processo de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC) a nível pessoal foi constatado que os adultos possuem uma percepção sobre os impactos do programa de forma muito positiva em suas vidas englobando o pessoal, profissional e social.

De acordo com Rufino (2012) os cursos de formação constituem ferramentas importantes para dar mais oportunidades no intuito de preparar (qualificar) essas pessoas que buscam a inserção no mercado de trabalho, contudo, fazer as formações não adiantam em nada “os CNO não criam emprego, é um facto, e a certificação só por si não é um fator de empregabilidade, até porque se assim fosse não crescia o desemprego de licenciados” (RUFINO, 2012, p. 1).

A questão da baixa adesão dos jovens e adultos a essas formações podem também estar relacionados à dificuldade em ingressar no mercado de trabalho. Tornando esses centros para esses sujeitos lugares que não abrem oportunidades. Fato confirmado por Rufino (2012) ao analisar que as quedas no número de inscritos estão fortemente atrelados aos altos índices de desemprego da população que aumentam ano após ano.

Guimarães (2012) ressalta que um dos problemas enfrentados pelas políticas públicas implementadas em Portugal é a falta de continuidade. Ocorre que há uma urgência e um esforço desenfreado em atender ao crescimento econômico, no contexto da globalização frente às exigências da UE, o que decorre, na criação e descontinuidade de inúmeros programas, conforme expõe,

[...] sem tempo suficiente para se observarem permanências, estas intermitências políticas têm tido efeitos fragmentadores num setor cada vez mais dividido e marcado por discursos ideológicos que atribuem maior fragilidade a finalidades educativas fulcrais para a construção de sociedades mais justas e preparadas para os desafios contemporâneos (GUIMARÃES, 2012, p.81).

Não se pode reduzir a oferta da educação de jovens e adultos (educação/formação) às exigências e fatores de desenvolvimento econômico e ao



almejado “progresso”, visto a complexidade deste assunto, trata-se de uma modalidade multifacetada que necessita de políticas públicas integradas que colaboram com o desenvolvimento pleno dos jovens e adultos, que cooperem com a construção de uma sociedade menos desigual, que as políticas públicas sejam desenvolvidas ouvindo a sociedade, que seja em prol das necessidades e interesses da população.

Guimarães (2012, p. 75) faz críticas à forma como a educação de adultos está sendo desenvolvida em Portugal, dando muita ênfase à necessidade de atender ao mercado de trabalho, ou seja, com foco na formação para a competitividade. Visto que, as políticas educativas desenvolvidas ou financiadas por organizações internacionais como OCDE e a UE “visam o aumento da produtividade e da competitividade, a preservação e a criação de emprego”.

Sendo assim, a educação de adultos é direcionada com enfoque para o desenvolvimento econômico e mercado de trabalho, indo na contra-mão segundo Guimarães (2012) do que prega a UNESCO, que defende uma educação com abordagem humanista e de caráter social.

Guimarães (2012) reforça a fragilidade da educação e formação de adultos que enfrenta ainda muitos percalços, mesmo com as ações desenvolvidas e destinadas a esse público, é ainda urgente ações que levem em consideração as especificidades dessa modalidade e que intervenções concretas e condizentes sejam desenvolvidas de forma integral, produzindo transformações sociais à longo prazo. Visto que, as atuais medidas aplicadas não foram e não são eficazes na resolução das enormes disparidades sociais existentes na sociedade.

## **A PARTICIPAÇÃO DA UNIÃO EUROPEIA NO CAMPO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS**

O atual programa da UE para o ensino, a formação, a juventude e o desporto, o Erasmus+, constitui a principal ferramenta da UE para o crescimento, combate ao desemprego, abandono escolar, promoção da inclusão e da justiça nos países Europeus, com foco principalmente para a juventude devido a vulnerabilidade desse grupo.



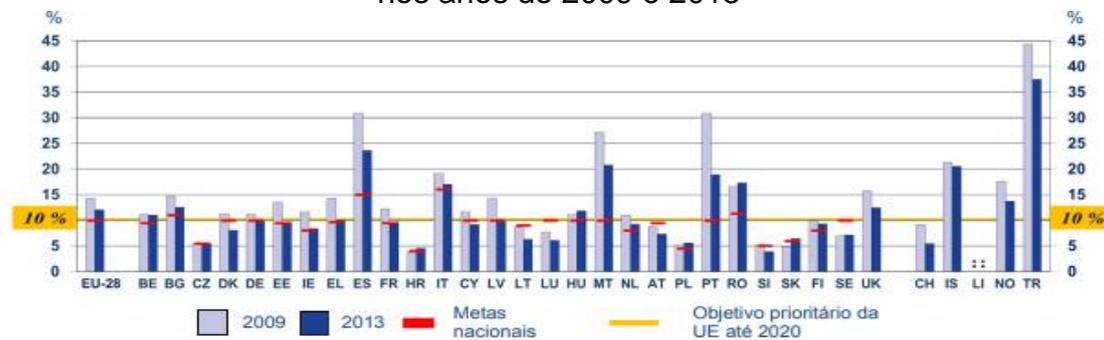
Segundo *Erasmus+*<sup>4</sup> o programa tem por objetivo contribuir para alcançar os objetivos de crescimento inteligente, sustentável e inclusivo da Estratégia Europa 2020, através do desenvolvimento do ensino pré-escolar, diminuição do abandono escolar, melhoria da formação profissional, aumento do número de licenciados na Europa, e aumento da empregabilidade de jovens e adultos.

Uma das metas almejadas pelo Programa é diminuir as taxas de abandono escolar, um problema ainda presente no cenário de muitos países da UE. Situação citada como um problema que acarreta consequências como a dificuldade para entrar no mercado de trabalho levando ao aumento nos índices de desemprego e aumento das desigualdades (REDE EURYDICE, 2016).

Segundo Rede Eurydice (2016), estudos afirmam que os níveis de escolaridade influenciam diretamente de forma positiva na vida do sujeito e no desenvolvimento da sociedade.

Com o intenso trabalho realizado pelos países membros da UE foi possível reduzir os índices das taxas de abandono escolar em muitos países europeus, progresso verificado nos dados (gráfico 1) divulgados pela Eurostat.

Gráfico 1. Distribuição das taxas de abandono escolar entre os países da UE nos anos de 2009 e 2013



Fonte: Eurostat - Rede Eurydice (2016).

Conforme os dados do gráfico, a meta estabelecida pela UE é de 10 % para os índices de abandono escolar devendo ser atingido até 2020, pelos países que ainda possuem valores acima desta meta. Observa-se uma melhora significativa em muitos países nas taxas de abandono escolar comparando os valores de 2009 e 2013.

<sup>4</sup> Informação obtida do site do programa. Disponível em: <<https://erasmusmais.pt/>>



A Rede Eurydice (2016), relata que o abandono escolar não é tratado com prioridade por todos os países da UE, contudo, uma grande parte dos países estão preocupados, devido as consequências negativas atreladas à essa questão. Como forma de combate, estão apostando na prevenção do abandono escolar precoce por meio de investimentos no acesso à educação, na melhoria da qualidade da educação infantil, cuidados na infância, orientação escolar e profissional, dentre outros.

De acordo com o estudo realizado pela Rede Eurydice (2016) o abandono escolar e/ou formação precoce afetam negativamente as chances de ascensão social e econômica dos jovens, é claro que jovens que completaram seus estudos e formações terão mais chances de obterem sucesso na vida. Os jovens que possuem situação social e econômica desfavorecida são mais propensos a abandonarem prematuramente os estudos, o que agrava ainda mais as suas situações.

Contudo, a questão da evasão escolar é um problema amplo com causas de ordem social, econômica e política relacionados. “São as políticas nacionais mais gerais em setores como a economia, emprego, assuntos sociais, integração de migrantes, habitação, saúde, etc. que influenciam, fundamentalmente, o abandono escolar precoce” (REDE EURYDICE, p. 20, 2016).

Posto isto, para que o abandono escolar precoce seja combatido de forma eficiente e sustentável faz-se necessário uma abordagem global, pois se trata de um problema sistêmico, associada a uma rede de fatores. Por conseguinte, para haver elevação dos níveis de escolaridade e emprego dos jovens é necessário também de melhorias das condições de saúde, moradia, combate à fome, a pobreza e as desigualdades de forma geral na sociedade (REDE EURYDICE, 2016).

## **PROGRAMA DE CAPACITACIÓN LABORAL JUVENIL (PROJOVEN) – PERU**

O Projovent é um programa do Ministério do Trabalho e Promoção do Emprego do Perú voltado para a capacitação de jovens para o mercado de trabalho. O público-alvo do programa são os jovens considerados pobres com 16 a 24 anos que não possuem formação profissional e queiram aprender um ofício.



O Programa foi criado em 1996 com os seguintes objetivos: facilitar o acesso de jovens ao mercado de trabalho por meio da formação (qualificação inicial) e proporcionar experiências de trabalho pelo setor produtivo; promover uma melhoria no mercado de treinamento à nível de eficiência e competência e integrar as instituições de formação e setor produtivo (SAAVEDRA; CHACALTANA, 2000).

A capacitação e treinamento técnico são realizados em três meses, no qual, os jovens desenvolvem habilidades técnicas específicas e aprendem saberes indispensáveis para o trabalho. Após a fase de treinamento os alunos recebem subsídio mensal e desenvolvem práticas de trabalho (fase prática) em empresas parceiras do Programa com duração em média de 3 meses. Os cursos são oferecidos conforme a demanda do mercado de trabalho (SAAVEDRA; CHACALTANA, 2000).

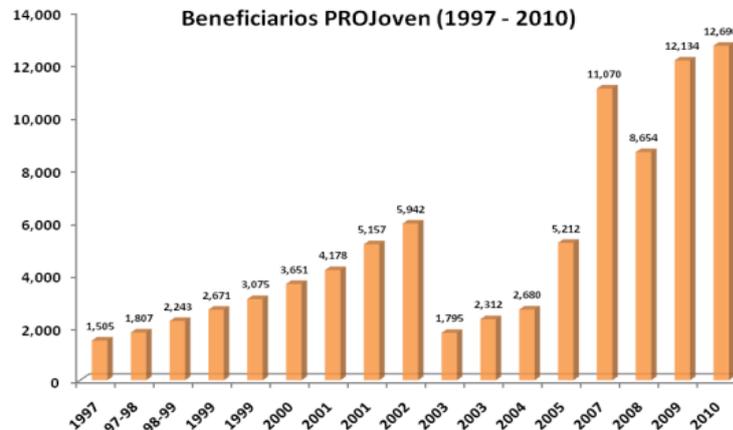
O Programa conta com um sistema de monitoria cujo objetivo é montar uma base de dados que permite realizar um panorama e avaliar o impacto do mesmo sobre os beneficiários do Programa. Para avaliar o impacto o sistema utiliza um grupo de controle para fazer as comparações. Consiste em usar dois grupos, um de controle formado por jovens com as mesmas características socioeconômicas do grupo que cursava o Programa. Os dados são coletados antes de iniciar os cursos, após seis meses e após um ano, os resultados depois eram analisados e comparados (SAAVEDRA; CHACALTANA, 2000).

O Programa trouxe inúmeros benefícios que são observados com base nos dados coletados. Os resultados indicam que os jovens atendidos pelo Programa possuíam taxas de ocupação e renda maiores do que o grupo de controle, aumento nas horas de trabalho, além disso, houve uma diminuição da segregação por gênero (sexo) e aumento no número de jovens trabalhando em empresas de médio e grande porte (ÑOPO, ROBLES; SAAVEDRA, 2002).

Domínguez (2013), expõe que o Programa beneficiou 86,776 jovens desde a sua criação até o ano de 2010 conforme aponta o gráfico 2. Observa-se um aumento significativo em 2007 após queda no ano de 2003 e depois novamente em 2008, atingindo um total de 12.600 jovens em 2010 beneficiados pelo Programa.



**Gráfico 2.** Número de beneficiários do Programa Projoven no período de 1997 a 2010



**Fonte:** Domínguez (2013).

Saavedra e Chacaltana (2000), apresenta em pesquisa realizada com os jovens beneficiados pelo Programa em 1997 para saber a situação ocupacional dos jovens, os dados foram comparados com um grupo de controle com os mesmos perfis socioeconômicos conforme dados da tabela 1. Verificou-se que os beneficiários pelo programa após um ano de conclusão estavam trabalhando (64,2 %) sendo que destes, 56,4 % são assalariados (emprego formal). Comparado os dados com o grupo de controle, 60,8 % estavam trabalhando, porém destes, apenas 42,7 % no trabalho assalariado e 15,6 % estavam trabalhando por conta própria. O número de jovens inativos do grupo dos beneficiários antes do Programa eram 19,1 %, e após um ano caiu para 16,3 %, já o grupo de controle, 17,7 % dos jovens estavam inativos e após um ano esse número subiu para 24,6 %, esse valor indica um dado preocupante, são jovens economicamente inativos. A pesquisa revelou também que os jovens do Programa tiveram um aumento de 128 % na renda real sendo que, os jovens do grupo de controle tiveram um aumento de apenas 24 %.



Tabela 1. Distribuição dos beneficiários do Programa Projovent e do grupo de controle segundo sua ocupação

Fonte: Saavedra e Chacaltana (2000).

Domínguez (2013) ressalta que muitos jovens do Peru relacionam o trabalho como fator importante para a construção da identidade pessoal, verifica-se o quão importante é o trabalho para os jovens, fundamental para a sua independência e realização pessoal. De certo, se inserir no mercado de trabalho é um grande desafio para este grupo, visto a falta de capacitação e experiência profissional.

	Beneficiários			Grupo de control		
	Antes	Después de		Antes	Después de	
		6 meses	12 meses		6 meses	12 meses
Ocupados	54.4	64.4	64.2	52.0	61.8	60.8
Trabajadores asalariados	24.5	54.8	56.4	31.5	40.8	42.7
Trabajadores por cuenta propia	11.2	6.6	6.2	18.6	15.3	15.6
Trabajadores no remunerados	18.7	3.0	1.6	1.9	5.7	2.5
Desocupados	26.4	19.1	19.4	30.1	14.0	14.6
Inactivos	19.1	16.4	16.3	17.7	24.1	24.6

Assim, Programas como o Projovent contribuem melhorando a empregabilidade dos jovens das classes populares, os mais propensos à terem dificuldade na inserção no mercado de trabalho devido principalmente ao baixo nível educacional, conforme apontado por Domínguez (p. 20, 2013) “la capacitación no puede corregir los defectos de una educación insuficiente, es clave para mejorar la empleabilidad de los jóvenes de nivel educativo medio y bajo”.

Neste sentido, Unesco (2004) cita que o sucesso obtido pelo Programa está relacionado com a estratégia de ofertar os cursos de acordo com as demandas do mercado local estabelecendo acordos e parcerias com as empresas e entidades de capacitação profissional. Outro fator citado que contribuiu com o sucesso do Programa, é que este não é apenas um curso de qualificação profissional, e sim um instrumento de aprendizagem prática por meio da inserção no mercado de trabalho. Ao serem encaminhados para as empresas parceiras para a realização da prática, os oportunistas têm a possibilidade de adquirirem experiências, habilidades e vivência, fortalecendo os laços com a empresa parceira.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após os aprofundamentos, cabe ressaltar que quando bem planejadas e aplicadas, as políticas educacionais constituem um campo com grande potencialidade de enfrentamento das desigualdades sociais, educacionais e econômicas frutos da sociedade capitalista.

Pensar em novas políticas educacionais à luz de Paulo Freire se faz necessário para pôr em prática o real foco das políticas educacionais, que atenda aos interesses e às necessidades da população. Não mais ser vista como mecanismo compensatório, e sim emancipatório.

Sendo assim, este estudo contribuiu com exemplos internacionais de políticas educacionais na área da educação de jovens e adultos, com foco na juventude e sua formação profissional.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFONSO, M. D.; FERREIRA, F. **O Sistema de Educação e Formação Profissional em Portugal. Descrição sumária Cedefop Panorama series.** Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias. 2007.

BENAVENTE, A., CAMPICHE, J., SEABRA, T.; SEBASTIÃO, J. **Renunciar à escola: o abandono escolar no ensino básico.** Lisboa: Fim de Século Edições. 1994.

BRAY, M. Atores e finalidades na Educação Comparada. Em M. Bray, B. Adamson, & M. Mason, **Pesquisa em Educação Comparada: abordagens e métodos.** Brasília: Liber Livro. p. 45-73, 2015

COMISSÃO EUROPEIA. **Realização das estratégias de educação e de formação ao longo da vida na Europa : Relatório sobre o seguimento dado à resolução do Conselho de 2002.** Bruxelas. 2003.

DOMÍNGUEZ, J. A. Evaluación de las estrategias de capacitación del Programa de Capacitación Laboral Juvenil Projoven, para la inserción laboral de jóvenes entre 16 a 24 años en la Ciudad de Piura. **Tese de Mestrado em Gerencia Social.** Lima, Peru: Pontificia Universidad Católica Del Perú, Escuela de Posgrado. 2013.

GUIMARÃES, P. Políticas Públicas de Educação de Adultos em Portugal: diversos sentidos para o direito à educação? **Revista Rizoma Freireano.** 2009.



LIMA, L. C.; GUIMARÃES, P. Lógicas Políticas da Educação de Adultos em Portugal. **Cadernos de Pesquisa**, 48(168), p. 600-623, 2018. Fonte: <https://doi.org/10.1590/198053144926>

MENDES, M. Os Sete Pecados da Governação Global. Paulo Freire e a Reinvenção das Possibilidades de uma Pedagogia democrática e emancipatória da Educação. **Revista Lusófona de Educação**, p. 61-76, 2009.

REDE EURYDICE. **Combate ao Abandono Precoce na Educação e Formação na Europa. Documento Síntese Eurydice. Luxemburgo: Serviço de Publicações da União Europeia.** Lisboa: Comissão Europeia/EACEA/Eurydice/Cedefop. 2016. Fonte: [http://www.dgeec.mec.pt/np4/np4/%7B\\$clientServletPath%7D/?newsId=192&fileName=EC0215083PTN\\_002.pdf](http://www.dgeec.mec.pt/np4/np4/%7B$clientServletPath%7D/?newsId=192&fileName=EC0215083PTN_002.pdf)

RODRIGUES, M. d. **40 Anos de Políticas de Educação em Portugal**. Coimbra: Edições Almedina. 2014.

RUFINO, I. **O que se passa com os Centros Novas Oportunidades? O Retorno ao Ensino Recorrente?!** Fonte: <http://www.op-edu.eu/artigo/que-escola-temos-que-escola-queremos>. 2012.

SAAVEDRA, J.; CHACALTANA, J. El Programa de Capacitación Laboral Juvenil (ProJoven). **Boletín Cinterfor: Boletín Técnico Interamericano de Formación Profesional**, p. 151-162, 2002.

SIMPLÍCIO, S. S. Percepções sobre os Impactos do Processo de RVCC a Nível Pessoal, Profissional e Social: Estudo de caso desenvolvido num CNO, junto de adultos inscritos pelas entidades patronais e adultos inscritos por iniciativa própria. **Dissertação de Mestrado.** Lisboa: Universidade Aberta. 2012.

SOUZA, V. E.; COELHO, E. P. Políticas Públicas Educacionais: uma contribuição da pedagogia freiriana. **Boletim UniFreire**, p. 1-4, 2015. Fonte: [boletim.unifreire.org/educacao/05/2015/04/22/politicas-publicas-educacionais-uma-contribuicao-da-pedagogia-freiriana/](http://boletim.unifreire.org/educacao/05/2015/04/22/politicas-publicas-educacionais-uma-contribuicao-da-pedagogia-freiriana/)

SPOSATI, A. d. Exclusão Social e Fracasso Escolar. **Revista Em Aberto**, p. 21-32, 2000.

SPOSATI, A. d., BONETTI, D. A., YAZBEK, M. C.; CARVALHO, M. d. **A Assistência na Trajetória das Políticas Sociais Brasileiras: uma questão em análise.** São Paulo: Cortez & Autores Associados. 1986.